

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Novo ministro dos Portos quer licitar terminais ainda este ano

Edinho Araújo passou o cargo para Helder Barbalho em cerimônia na manhã de ontem, na sede da Antaq, em Brasília

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O novo ministro dos Portos, Helder Barbalho, pretende definir um calendário para a realização, ainda neste ano, das licitações do primeiro pacote de arrendamentos portuários, liberado na última quarta-feira pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ainda nesta semana, o titular da Secretaria de Portos (SEP) pretende se reunir com técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para definir o cronograma de leilões de oito áreas. Três delas estão no Porto de Santos e cinco, em complexos paraenses.

“A expectativa é que possamos, ainda nesta semana, sentar com a equipe técnica do Ministério do Planejamento para que possamos estabelecer prazos. Muito foi feito, o ministro Edinho (Araújo) conseguiu destravar o processo de construção junto ao Tribunal de Contas da União e, agora, vamos avançar rapidamente para ter resultados ainda este ano”, destacou o ministro, durante solenidade de transmissão do cargo ontem, em Brasília.

A presidente Dilma Rousseff

Prazo

“Vamos avançar rapidamente para ter resultados (licitações) ainda este ano”

Helder Barbalho,
novo ministro dos Portos

também destacou a liberação dos arrendamentos pelo TCU, durante a cerimônia de posse, na última segunda-feira. “Se avançamos muito com a concessão de terminais de uso privado, chegou agora o momento de avançar nos arrendamentos dos portos públicos que vão modernizar e ampliar ainda mais a nossa estrutura portuária e, com isso, toda a nossa infraestrutura logística”, afirmou a chefe do Executivo.

O plano do Governo é que o Porto de Santos ganhe, ainda neste ano, mais três terminais portuários e, com isso, cerca de



Helder Barbalho (à dir.) substituiu Edinho Araújo (o 2º da dir. para a esq.) à frente da pasta dos Portos

R\$ 640 milhões sejam investidos nas instalações do cais santista. Uma delas terá como foco a movimentação de grãos sólidos

na Ponta da Praia, enquanto os outros dois lotes serão destinados às operações de carga geral no Paquetá e no Macuco.

De acordo com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que acompanhou a cerimônia de transmissão do cargo,

nos últimos meses, a SEP conseguiu “aperfeiçoar” o modelo de outorga de portos. Pela regra aprovada pelo TCU, o terminal será concedido a quem pagar mais pelo seu uso.

“O modelo de portos hoje está aperfeiçoado, os leilões estão programados e esperamos fazer leilões já neste ano. Além disso, foram feitas várias renovações das autorizações de terminais de uso privado, em um ritmo de uma autorização a cada duas semanas. Os investimentos em portos estão andando de vento em popa e tenho certeza que vão continuar a crescer cada vez mais”, destacou Barbosa

INFRAESTRUTURA

Para o novo ministro, o fortalecimento da infraestrutura brasileira faz parte da agenda do Governo. E, neste contexto, o setor portuário assume grande importância. Barbalho destacou que sua missão é dar continuidade ao trabalho deixado pelo ex-ministro Edinho Araújo. “Ele deixou um legado importante para o setor”.

Araújo deixou o comando da SEP e retorna para a Câmara dos Deputados, onde vai cumprir seu mandato até 2018. Em sua despedida do cargo, ontem, disse sair com a sensação de dever cumprido.

“Ao assumir o cargo, prometi destravar o setor portuário e, graças ao apoio dos funcionários da Secretaria de Portos, da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e do Planejamento, conseguimos remover as principais amarras”, disse o ex-ministro.

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁGINA C5

Setor defende descentralização e obras

■ Além das licitações para o arrendamento de terminais portuários, a descentralização da administração dos portos brasileiros e a profissionalização de suas gestões estão entre os pedidos da comunidade portuária ao novo ministro Helder Barbalho. O mesmo ocorre com a garantia de obras de infraestrutura e de segurança a investidores do setor.

Para o consultor portuário Sérgio Aquino, neste primeiro

momento após a posse do ministro, é preciso aguardar para saber “qual será sua linha em termos de governo”.

“Ele vai cumprir orientações e nós precisamos verificar se vai ter liberdade de montar equipe e quais serão os direcionamentos que ele dará, se vai optar por uma gestão profissional e descentralizada ou se ainda haverá influência política”, destacou Aquino.

Apesar dos esforços do Go-

verno, o consultor portuário não tem grandes expectativas de que o primeiro pacote de arrendamentos portuários seja licitado ainda neste ano.

“É bom lembrar que as licitações do bloco 1 que o Governo consultou necessitam, agora, da revisão de estudos, que contemplam viabilidade técnica e valores adotados no modelo anterior. Ainda há a necessidade de revisão desses estudos. Por isso, não é possível ter uma

visão muito otimista em curto espaço de tempo”, disse.

O presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, concorda que os estudos precisam ser revistos. No entanto, ele acredita que, se esta for a meta do Governo, é possível correr contra o tempo e licitar os terminais ainda neste ano.

Mas, para o presidente da ABTP, há outras formas de garantir grandes investimentos no se-

tor portuário de forma imediata. Trata-se da análise dos pedidos de renovação antecipada de contratos de arrendamento e da adequação das concessões firmadas antes de 1993, quando foi promulgada a Lei nº 8.630, a antiga Lei dos Portos. A implantação de novos terminais privativos (TUPs) também entra nessa lista.

“São 60 pedidos de novos terminais privados, mais de 20 de antecipação de renovação e cerca de 30 pré-93, que precisam ser adequados. Dando garantia à iniciativa privada, o Governo terá grandes investimentos no setor”, destacou Manteli.

Para o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, obras de infraestrutura e segurança jurídica têm de estar entre as prioridades.

“Esperamos que, em todos os processos licitatórios, estejam asseguradas as questões jurídicas e que as melhorias que o Porto requer sejam implantadas. Isso inclui dragagem permanente, a construção das perimetrais. São investimentos cíclicos, de que se fala há muito tempo, mas nos quais tivemos poucos avanços”, afirmou Roque.